TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 32.920, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEAR em virtude de aprovação em concurso público, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 34 da Constituição do Estado do Pará, LEDA MARA SOUZA DE OLIVEIRA MONTEIRO, para exercer em caráter efetivo o cargo de Auditor de Controle Externo - Informática/Web Design TCE-CT-602, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Pará, a partir de 16-10-2017.

Protocolo: 237746

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 32.904, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

DESIGNAR a servidora MÁRCIA BASTOS NAIF DAIBES Auditor de Controle Externo - Direito, matrícula nº 0695335, exercer em substituição a presidência da Comissão Permanente de Licitação deste Tribunal, durante o impedimento da titular GISELE MOURA DE QUEIROZ, no período de 16 a 30-10-2017.

Protocolo: 237747

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 32.919, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO a solicitação do interessado, R E S O L V E:

TORNAR sem efeito a Portaria nº 32.885, de 06-10-2017, que nomeou em virtude de aprovação em concurso público, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 34 da Constituição do Estado do Pará, MESSIAS JOSÉ AMADOR DO NASCIMENTO, para exercer em caráter efetivo o cargo de Auditor de Controle Externo - Informática/Web Design TCE-CT-602, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Pará, a partir de 09-10-2017.

Protocolo: 237744

OUTRAS MATÉRIAS

PROVIMENTO CORREGEDORIA TCE/PA Nº 005/2017

Dispõe sobre a distribuição e instrução imediata dos processos em tramitação nas Unidades Técnicas de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

O Conselheiro Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais; Considerando o princípio da razoável duração dos processos, tanto no âmbito judicial quanto no administrativo (inciso LXXVIII, do art. 5º, da Constituição Federal);

Considerando que se deva garantir a celeridade processual no âmbito das Unidades Técnicas de Controle Externo, deste Tribunal de Contas;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que os processos autuados nos anos de 1999 a 2006, que se encontram em tramitação na Secretaria de Controle Externo e em suas unidades, sejam imediatamente distribuídos pela chefia a servidor para instrução.

Art. 2º Os processos distribuídos nos termos do art. 1º deverão ser priorizados pelo servidor.

Art. 3º Os servidores responsáveis pela instrução do processo deverão observar os prazos previstos no art. 61 do Regimento Interno do TCE/PA (RITCE/PA).

Art. 4º Em caso de descumprimento de prazo, o servidor deverá apresentar ao Corregedor justificativa escrita em 5 (cinco) dias, por intermédio da respectiva chefia e do Secretário de Controle Externo (§ 3º, art. 61, RITCE/PA).

Art. 5º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 16 de outubro de 2017.

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira
Corregedor do TCE-PA

Protocolo: 237644

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS Nº 004 CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO DO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ.

A Exmª Sra. Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA a candidata abaixo

relacionada, aprovada no Concurso Público acima referido, para se apresentar no dia 17/10/2017, no horário de 09:00 às 13:00 h, na Secretaria de Gestão de Pessoas (Tv. Quintino Bocaiúva, nº 1585. Bairro: Nazaré. Belém - PA. CEP: 66035-903), com a finalidade de habilitação para nomeação e posse:

CARGO 36: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: INFORMÁTICA - ESPECIALIDADE: WEB DESIGN

Classificação	Nome
2º	Leda Mara Souza de Oliveira Monteiro

No ato do comparecimento será disponibilizada relação de documentos a serem apresentados até o dia anterior à data da posse.

A candidata deverá apresentar perante a Junta Médica Oficial os seguintes exames e Laudos:

Hemograma completo

Glicemia em jejum;

Eletrocardiograma em repouso, com Laudo Médico;

Laudo Médico de Avaliação Oftalmológica;

Laudo Médico de Avaliação Psiquiátrica.

Também serão solicitados original e cópia do RG, CPF, foto 3x4 e ofício de encaminhamento do TCE/PA.

A data de comparecimento perante a Junta Médica Oficial será informada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no período de que trata o item 01, bem como será entregue o ofício de encaminhamento à Perícia.

Protocolo: 237867

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 597-C/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA, notifico a Senhora MARIA DAS GRAÇAS FAIAL LOBO, responsável pelo laudo de acompanhamento e fiscalização do convênio à época, de que no dia 19.10.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2007/50083-5, que trata da Prestação de Contas da ORGANIZAÇÃO DE DEFESA DOS MUNICÍPIOS PARAENSES, referente ao Convênio SESP Nº 27/2005, cujo Relator é o Excelentíssimo Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 11 de outubro de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 597-D/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA, notifico o Senhor ALEXANDRE F. SCHWINGEL, responsável pelo laudo de acompanhamento e fiscalização do convênio à época, de que no dia 19.10.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2007/50083-5, que trata da Prestação de Contas da ORGANIZAÇÃO DE DEFESA DOS MUNICÍPIOS PARAENSES, referente ao Convênio SESP Nº 27/2005, cujo Relator é o Excelentíssimo Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 11 de outubro de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

Protocolo: 238036

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA DE CONTRATO Nº DO CONTRATO: 25/2016

Partes: CLARO S/A e MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS MPC/PA
Onde se Lê: Vigência: 05/12/2016 a 04/12/2017
Leia-se: Vigência: 05/12/2016 a 04/12/2018
Ordenador Responsável: FELIPE ROSA CRUZ

Protocolo: 237624

NORMA

RESOLUÇÃO Nº 07/2017 – MPC/PA – COLÉGIO

Regulamenta, no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado, a instauração e tramitação do Procedimento Apuratório Preliminar – PAP.

O Colégio de Procuradores de Contas, órgão de administração

superior do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais

Considerando que compete ao Ministério Público de Contas do Estado a missão constitucional de promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais no âmbito do controle externo estadual da gestão pública, nos termos dos arts. 127 c/c 130 da Constituição Federal de 1988, arts. 178 c/c 186 da Constituição do Estado do Pará de 1989 e art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 09, de 27 de janeiro de 1992;

Considerando que a instauração de procedimento administrativo destinado à realização de diligências apuratórias preliminares, com vistas à elucidação de fatos potencialmente caracterizadores de infração ao ordenamento jurídico, qualifica-se como meio necessário ao exercício de atribuições inerentes às funções institucionais do Ministério Público de Contas do Estado, dentre as quais a de formular representação ao Tribunal de Contas perante o qual oficia, tudo na forma do que dispõem os arts. 129, II e VI da Constituição Federal de 1988, 26, I da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, 182, II e VI da Constituição do Estado do Pará de 1989, 54, I da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006 e 11, I e V, 13 e 15 da Lei Complementar Estadual nº 09, de 27 de janeiro de 1992;

Considerando que o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas – CNPGC aprovou, à unanimidade, em 19/05/2016, enunciado no sentido de que “cumpre ao Ministério Público de Contas regulamentar a atuação e a tramitação de procedimentos internos de averiguação e investigação, bem assim, de requisição de documentos, segundo os normativos do Conselho Nacional do Ministério Público” (Enunciado nº. 12);

Considerando, por fim, o teor do Ofício Circular nº 018/2017, de 06 de outubro de 2017, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas – CNPGC, que orienta os Procuradores-Gerais de Contas a padronizarem os procedimentos apuratórios com observância da proposta aprovada em reunião ordinária do referido Conselho, com vistas a uniformizar o tratamento normativo da matéria no âmbito do Ministério Público de Contas brasileiro,

RESOLVE:

Capítulo I Conceito e Objeto

Art. 1º O Procedimento Apuratório Preliminar – PAP, de natureza facultativa, administrativa e unilateral, será instaurado para coletar subsídios necessários à atuação do Ministério Público de Contas do Estado junto ao sistema estadual de controle externo, servindo como fonte de convencimento funcional e preparação para o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais que lhe foram outorgadas pelo ordenamento jurídico.

Capítulo II Dos Requisitos para Instauração

Art. 2º O Procedimento Apuratório Preliminar poderá ser instaurado:

I – de ofício;

II – em face de requerimento ou representação formulada por qualquer pessoa, autoridade ou órgão público, desde que forneça, por qualquer meio legalmente permitido, informações sobre o fato e seu provável autor, bem como a qualificação mínima que permita sua identificação e localização;

III – por provocação do Procurador-Geral de Contas, do Colégio de Procuradores, do Conselho Superior ou da Corregedoria-Geral da Instituição, nos casos cabíveis.

§1º O Ministério Público de Contas do Estado atuará, independentemente de provocação, em caso de conhecimento, por qualquer forma, de fatos que, em tese, constituam lesão aos interesses ou direitos cuja guarda lhe incumbe, devendo cientificar o órgão do Ministério Público que possua atribuição para tomar as providências respectivas, no caso de não a possuir.

§2º No caso do inciso II, em sendo as informações verbais, o Ministério Público de Contas do Estado reduzirá a termo as declarações. Da mesma forma, a falta de formalidade não implica indeferimento do pedido de instauração de Procedimento Apuratório Preliminar, salvo se, desde logo, mostrar-se improcedente a notícia de fato, atendendo-se, na hipótese, o disposto no artigo 8º desta Resolução.

§3º O conhecimento por manifestação anônima, justificada, não implicará ausência de providências, desde que obedecidos os mesmos requisitos para as representações em geral, constantes no artigo 2º, inciso II, desta Resolução.

Art. 3º Os requerimentos, representações e demais informações encaminhadas ao Ministério Público de Contas do Estado sobre fatos que possam justificar a sua atuação serão registradas e autuadas como Notícia de Fato, com subsequente distribuição e encaminhamento ao órgão ministerial competente para apreciá-la, na forma do art. 4º desta Resolução.

§1º Quando o fato noticiado for objeto de procedimento em curso, a Notícia de Fato será distribuída por prevenção.

§2º O Ministério Público de Contas do Estado, de posse de informações que lhe tenham sido submetidas, poderá complementá-las antes de instaurar o Procedimento Apuratório Preliminar, buscando informações preliminares imprescindíveis